18:56 100%

Opinião do GLOBO

PEC dos Militares representa passo na direção correta

Medida combate politização das Forças Armadas, mas não disciplina polícia nem acesso a cargos civis

Com a retomada dos trabalhos no Congresso, ganhou destaque no Senado a Proposta de Emenda à Constituição conhecida como PEC dos Militares. De autoria do senador Jaques Wagner (PT-BA), o texto altera as regras para integrantes da ativa das Forças Armadas concorrerem em eleições. Se aprovada, os militares que decidirem buscar uma vaga no Legislativo ou Executivo passarão para a reserva no momento da candidatura. Dado o histórico do governo Jair Bolsonaro, com militarização de cargos civis, politização dos quartéis e tentativa de golpe, a medida seria um avanço institucional. Mas, embora seja um passo necessário, o alcance precisaria ser ampliado para surtir o efeito pretendido.

A transformação de quartéis e delegacias em focos de campanha política é problema crescente. Hoje os candidatos se afastam quando se candidatam e, se perdem, podem voltar. Na última eleição, 1.207 candidatos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) se declararam militares da ativa, policiais militares, policiais civis e bombeiros, 22% acima de 2018. O problema da PEC é se ater apenas aos integrantes das Forças Armadas, o menor contingente, com 63 candidaturas em 2022. Como está, ela é inócua contra a politização das polícias militar e civil.

Em requerimento apresentado no Senado, o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) afirmou haver "vícios de inconstitucionalidade" na PEC dos Militares. Para ele, trata-se de "afronta direta" aos direitos políticos, "como se membros das Forças Armadas fossem cidadãos de segunda categoria". O argumento é descabido. Militares da ativa dispostos a buscar uma carreira política continuarão completamente desimpedidos, desde que abram mão da carreira militar. A tentativa de buscar o mesmo tratamento que o dispensado aos demais servidores federais não leva em conta que funcionários civis não carregam armas nem batem ponto em quartéis.

As investigações da Polícia Federal sobre a tentativa de golpe com a participação de ministros militares e integrantes das Forças Armadas aumentaram o apoio à PEC dos Militares no Senado. O entusiasmo, porém, parece ter alvo equivocado. Se a lei impusesse as restrições da PEC desde o início da administração anterior, não teria evitado nenhuma trama golpista. Os principais suspeitos eram militares reformados com cargos no Executivo ou integrantes das Forças Armadas. O braço político tinha liderança civil.

A PEC tampouco teria evitado os escândalos envolvendo militares de diversas patentes, da ativa e da reserva – do desastroso combate à pandemia da Covid-19 às joias sauditas. O texto do senador Jaques Wagner não trata do exercício de cargos civis por militares. A presença dos oriundos da caserna em cargos comissionados triplicou entre 2013 e 2021. Até agora, nada impede que a situação se repita. Para resolver a questão, o ideal seria aprovar outra PEC, já em tramitação, restringindo o acesso de militares a ministérios e cargos civis no governo.

No momento em que a PF investiga a maior conspiração contra a democracia desde o fim da ditadura, os senadores têm dever redobrado de tomar medidas para evitar novos crimes semelhantes. A PEC dos Militares, apesar do efeito limitado, aponta na direção certa, ao combater a politização dos quartéis. Além dela, também é necessário disciplinar as polícias e a presença de militares da ativa em cargos civis.

Proibir celular nas escolas é medida justificável diante do dano causado

Aparelhos distraem alunos e prejudicam aprendizado — seu uso precisa ser disciplinado

Alunos de escolas públicas e particulares têm sido obrigados a se adaptar a uma rotina desafiadora: é cada vez maior o número de estabelecimentos que restringem o uso de celulares em sala de aula e, às vezes, até fora delas, durante o recreio. O argumento é que os aparelhos provocam distração, interferem no aprendizado e dificultam a socialização, pois crianças, adolescentes e jovens preferem ficar grudados nas telas a conversar com os colegas à moda antiga. O Brasil não inventou nada. Segundo a ONU, um em cada quatro países adota políticas para restringir celulares nas salas de aula. É o caso de Estados Unidos, Canadá, França, Espanha, Portugal, Suíça, Holanda e México.

Na cidade do Rio, os celulares estão proibidos em sala de aula desde agosto. A partir de março, estarão vetados também no recreio. A decisão foi, segundo a Prefeitura, tomada com base em relatórios da Organização Mundial da Saúde e da Unesco. O secretário municipal de Educação, Renan Ferreirinha, afirma que o uso excessivo de aparelhos eletrônicos atrapalha a concentração e prejudica a aprendizagem. "É como se o aluno saísse de sala toda vez que vê uma notificação", diz. O decreto do Executivo abre exceções para alunos com deficiência ou condições de saúde que exijam os dispositivos.

Nas redes estadual e municipal de São Paulo, o uso do celular costuma ser permitido apenas para atividades pedagógicas. Escolas particulares no estado também têm procurado restringi-lo em salas de aula. Um desses estabelecimentos providenciou um suporte ao lado do quadro, para que os estudantes possam deixar seus telefones enquanto assistem às aulas.

Em julho, um relatório da Unesco recomendou cautela com o celular em sala de aula. Dados de avaliações internacionais sugerem uma associação negativa entre o uso excessivo das tecnologias digitais e o desempenho acadêmico. "Descobriu-se que a simples proximidade de um aparelho celular era capaz de distrair os estudantes e provocar impacto negativo na aprendizagem", diz o documento.

A questão não é o celular em si, mas seu uso. A tecnologia pode ser forte aliada na educação. Durante a pandemia, o celular cumpriu papel essencial ao permitir que alunos sem computador ou tablet acompanhassem aulas on-line. Também não se desconhece o mundo de possibilidades que o dispositivo abre a qualquer estudante. Pode ser uma ferramenta pedagógica formidável para alunos e professores, desde que usada com parcimônia.

Mas nem sempre é realista esperar o uso adequado, uma vez que os aparelhos sempre distrairão os alunos. É saudável também que crianças e adolescentes possam conversar durante o intervalos das aulas. A socialização é parte fundamental da rotina das escolas. É verdade que banir celulares do espaço escolar é uma decisão drástica, que deve ser tomada levando em conta seu impacto na rotina de diretores, professores e, sobretudo, dos pais e dos alunos. Mas pode ser plenamente justificável diante do dano comprovadamente causado pelo abuso do dispositivo.

Artigos

oglobo.globo.com/opiniao/
carlos@oglobo.com.br

FERNANDO GABEIRA

blogs.oglobo.globo.com/opiniao
editoria.artigos@oglobo.com.br

A guerra que mata e os jogos verbais

A frase que Lula disse na Etiópia repercutiu fortemente durante toda a semana. Tão fortemente que não há muito mais o que falar, exceto extrair algumas lições sobre nossa pátria amada, salve, salve.

Ouvi um repórter anunciar que a reunião do G20 trataria de três temas: as guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza e o embate diplomático entre Brasil e Israel. Meu Deus, pensei, como podem colocar no mesmo plano duas guerras reais, com gente morrendo ou sendo mutilada, com uma disputa verbal entre duas chancelarias?

Claro que o G20 não abordou o tema, mas o tom das reportagens deixa bem claro como superestimamos as situações em que o Brasil é protagonista.

Duas repercussões políticas também me impressionaram. De um lado, deputados propondo o impeachment de Lula por causa de sua frase. De outro, a declaração de Celso Amorim de que a fala de Lula sacudiu o mundo e potencialmente ajudaria a acabar com a guerra.

Há quem espere consenso a partir de uma discussão racional na política. Sou dos que acreditam que isso é impossível. A realidade é um conflito insolúvel entre valores, e só a aceitação da diversidade nos prepara, ainda assim modestamente, para a vida em comum.

Sinto que o Brasil polarizado está condenado a duas políticas externas radicais. No período Bolsonaro, havia uma crença de que o Ocidente estava ameaçado pelo marxismo cultural e de que era preciso seguir Donald Trump, o salvador dos valores ocidentais. Aquecimento global, feminismo, o que chamam de ideologia de gênero — tudo isso era arquitetado para destruir a civilização e desintegrar as famílias patriarcais.

Apesar do discurso de frente ampla, a esquerda apresenta, por seu lado, uma política bem mais próxima de uma visão partidária que uma perspectiva nacional. O mundo está dividido entre Sul Global e Norte rico, e o presidente precisa viajar incessantemente para defender os pobres.

Apesar do discurso de frente ampla, a esquerda apresenta uma política bem mais próxima de uma visão partidária

O curioso é que o caminho do meio é cheio de saídas que as duas correntes desprezam. O Brasil é signatário de uma Declaração de Dublin em 2022, precisamente protegendo populações civis de bombardeios. A declaração é um avanço civilizatório. O país poderia, com base nisso, criticar tanto Israel quanto a Rússia.

Nesse universo político a que estamos condenados no Brasil, a Rússia está blindada. Putin é intocável para uma esquerda que o vê como adversário dos Estados Unidos e ainda encara a Rússia com a aura de uma revolução que aconteceu no início do século passado e não deixou vestígios, a não ser as atrocidades de Stálin e o corpo de Lênin no mausoléu.

Mas Putin é também admirado pela extrema direita, que o vê como defensor de valores tradicionais, inclusive um implacável perseguidor do povo gay na Rússia. Enfim, estamos condenados ao desequilíbrio, passando pano para autoritários como Putin, Viktor Orbán, Nicolás Maduro e Daniel Ortega.

Não há saída para isso num país polarizado, apesar dos acenos em tempos eleitorais. Ainda assim, precisamos garantir em nossa imagem internacional um respeito pelo sofrimento real que a guerra produz.

A guerra na Faixa de Gaza passa por um momento especial, a possibilidade de um ataque a Rafah. Mais de 1 milhão de civis estão concentrados ali. Não têm para onde fugir, pois o espaço que Israel propõe é muito pequeno para tanta gente.

Mais do que nunca, é preciso uma grande unidade entre as pessoas que querem a paz. Além de todas as críticas já repisadas por sua frase, Lula poderia pensar nisso. Ele provocou uma divisão entre as pessoas que criticam mortes de civis em Gaza, querem não só um cessar-fogo, mas também defendem a solução de dois Estados.

Precisamos de um consenso, ainda que pontual. A luta continua e, apesar dos excessos verbais, da batalha de postagens, das acusações mútuas e de toda essa agitação em redes sociais, a realidade continua áspera, e a guerra continua matando. Hora de olhar para a frente, direto no coração de tragédia.

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Maia, André Vieira da, Fábio Barbosa, Luiza Bapista e Paulo Celso Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwiis - leila.suwiis@sp.oglobo.com.br
Saúde: Ariana Dias Lopes - ariana.dias.lopes@sp.oglobo.com.br
Segunda-Caderno: Marcelo Rubim - rubim@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - asarmento@oglobo.com.br
Home e redes sociais: Tiago Dantas - tiago.c.dantas@oglobo.com.br
Audiência: Gabriela Goulart - ggoulart@oglobo.com.br
Acervo e Pesquisa: William Fidal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Rubim - rubim@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br
E.G.: Vera Cavuca - vera.cavuca@oglobo.com.br
Bairros: Viktor Calmon Filho - viktor.calmon@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Renato Andrade - renato.andrade@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou, pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades) 0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito
ou débito automático em conta-corrente
(preço de seguinte ao mês integral)
(para RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90)
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Demais regiões: R$ 7,00 (RJ, SP, MG e ES: R$ 10,00)
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não aceita em capitais para entregas de muito ou nenhuma ação de assinatura. Denunciemos qualquer contato a respeito desses temas. Para ser O GLOBO em seu ponto de venda, acesse para vendas@oglobo.com.br

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de notícias: (21) 2534-5501 Banco de imagens: (21) 2534-5777
Pesquisa: (21) 2534-5202

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4350
Missas, religiosos e fúnebres: (21) 2534-4033
Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5150

FSC
Leia mais e fale grátis
Get it on Google Play
CARBON FREE